

Henrique Suruí: "O projeto de carbono acabou com nosso povo"

Páginas 8 e 9

Casos trágicos de Redd na Indonésia, Quênia e Peru

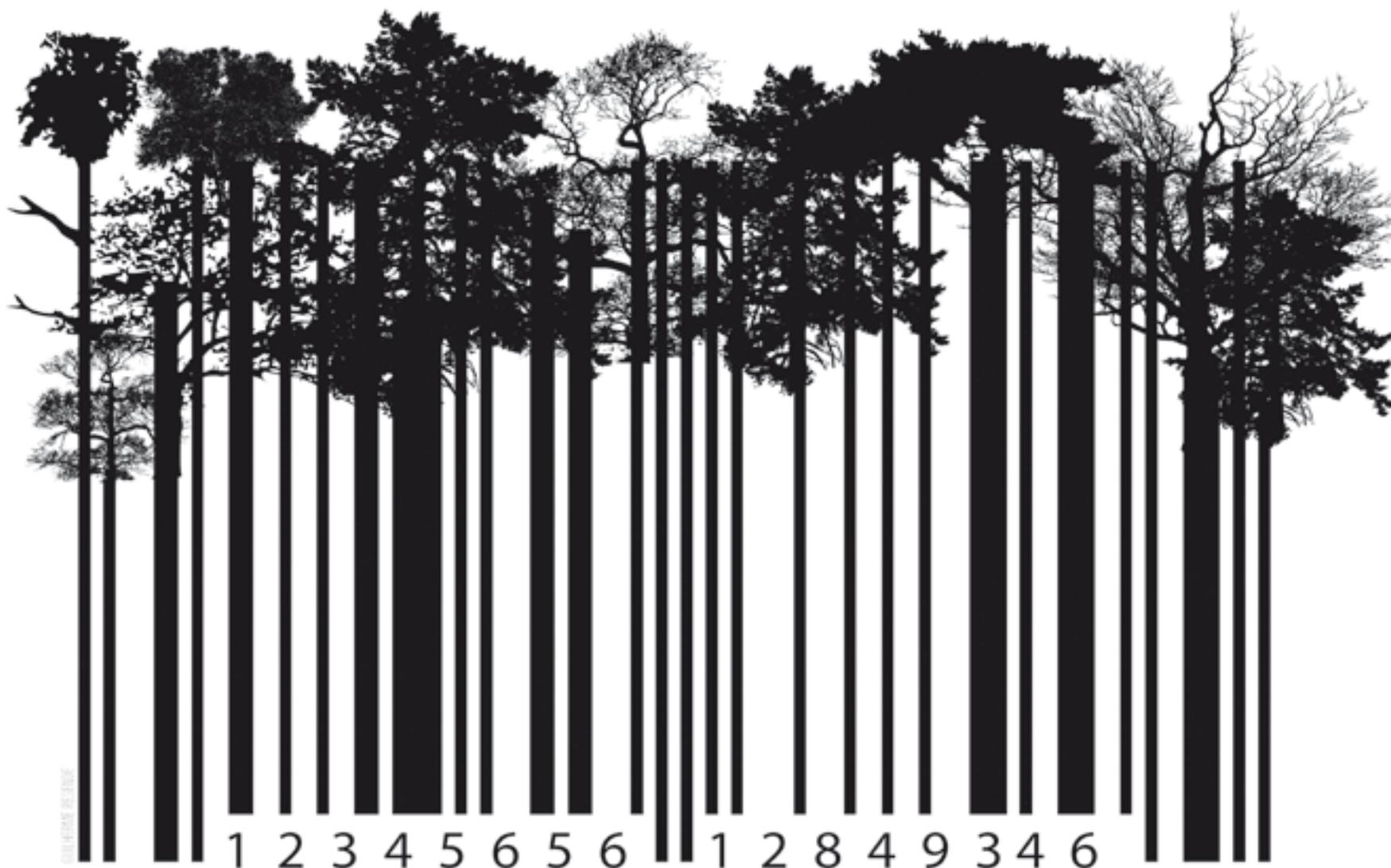
Páginas 14 e 15

PORANTIM

Em defesa da causa indígena

Ano XXXVI • Nº 368
Brasília-DF • Setembro 2014 • R\$ 5,00

ISSN 0102-0625



Natureza à Venda

A financeirização da natureza significa o aprofundamento radical do capitalismo e, ao mesmo tempo, configura-se como um neocolonialismo. Os povos indígenas e as comunidades tradicionais são os principais impactados por esta lógica perversa, que transforma a natureza em mercadoria e agrava ainda mais a desigualdade social.

EDIÇÃO ESPECIAL

Como uma extensão de sua intransigente luta contra todas as formas de expropriação dos territórios indígenas e de destruição do modo tradicional de vida desses povos, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) posiciona-se radicalmente contrário à política de economia “verde”, fundamentada no processo de financeirização da natureza. Diante da realização da 20ª Conferência das Partes (COP) sobre Mudanças Climáticas, da Organização das Nações Unidas (ONU), a ser realizada em Lima, no Peru, entre os dias 1º e 12 de dezembro, e do avanço na implementação de projetos de economia verde nos territórios indígenas, esta edição especial do Porantim propõe-se a estimular a reflexão sobre esta política, seus objetivos, mecanismos e impactos, especialmente nos povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, para dar início a esta necessária reflexão, resgatamos uma Nota de Posicionamento feita pelo Cimi há mais de dois anos. Boa leitura!

A Natureza não tem preço: capitalismo verde é neocolonialismo

Agora não chegam as caravelas com portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e outros do Norte “desenvolvido”. Chegam empresas transnacionais desse mesmo Norte, trazendo a tiracolo os governos de seus países, com propostas “ecologicamente corretas” e carregando em seu bojo a subordinação ainda maior dos povos do Sul. A terra, lastro do capital natural, está sendo comercializada em bolsas de valores. Tal sanha também se estende aos outros elementos da natureza, como o ar, a biodiversidade, a cultura, o carbono - patrimônios da humanidade.

Essa estratégia, por um lado, está sendo utilizada pelos donos do grande capital, receosos de que fique ainda mais evidente para a humanidade que as catástrofes ambientais não são tão naturais e sim resultado da exploração sem limites da natureza, com o objetivo de engordar seus já polpidos lucros através da cultura do consumo exagerado, imposta com sutileza às sociedades. Por outro lado, apresenta-se como uma saída para a crise mundial pela qual passa o capitalismo - agora travestido de “verde” -, demonstrando sua capacidade de constantemente reciclar-se. É neste contexto que o capital vem apresentando, desde a Eco 92, suas propostas nas convenções do clima até agora realizadas.

O mecanismo de Redução de Emissão por Desmatamento e Degradação (Redd) não diminuirá a poluição. É uma farsa. Na verdade, na melhor das hipóteses, significa trocar “seis por meia dúzia”. As empresas poluidoras dos países ricos do Norte pagarão para os países do Sul e continuarão a poluir. Nesse contexto, povos indígenas estão sendo assediados por Organizações Não Governamentais (ONG) a serviço das empresas do Norte para que firmem contratos cedendo suas terras e florestas para a captura de gás carbônico (CO²).

Com o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), a relação com a natureza passa a ser mercantilista, ou seja, os princípios de respeito do ser humano para com a natureza passam a ter valor de mercado e a ser medidos nas bolsas de valores. O dinheiro resolve tudo, paga tudo.

Os mecanismos do “capitalismo verde” reduzem a capacidade de intervenção

do Estado e dos povos na gestão de suas florestas, bem como de seus territórios, que passam a ter o ônus de viabilizar compensações ambientais massivas em favor da manutenção do insustentável padrão de desenvolvimento dos países ricos e dos em franco desenvolvimento, caso do próprio Brasil.

Mecanismos de compensação para a captura de carbono colocam em risco a própria soberania nacional, através da expansão das transnacionais na consolidação do poder e controle sobre povos e governos, águas, territórios e sementes nos países do Sul, além de modificarem os modos de vida das comunidades locais, que passam a ser tratadas como fornecedoras de “serviços ambientais”.

Os chamados Mecanismos de Desenvolvimento Limpos (MDL) justificam a construção de hidrelétricas por serem estas classificadas nesta categoria. Não é por acaso que tantas estão sendo construídas, muitas atingindo povos indígenas, como é o caso de Belo Monte, Santo Antônio e Jirau.

Ao aceitarem fazer contratos de Redd, as comunidades indígenas obrigam-se a ceder suas florestas por 30 anos, não podendo mais utilizá-las, sob pena de serem criminalizadas. É o “pagador” quem vai definir o que o “recebedor” pode ou não fazer; ficando as comunidades subordinadas às grandes empresas transnacionais e aos governos internacionais.

Esses “contratos de carbono” ferem a Constituição Federal, que garante aos povos indígenas o usufruto exclusivo do seu território. O povo perde a autonomia na gestão de seu território e os recursos naturais são integrados ao mercado internacional.

Trata-se de um novo momento histórico, absolutamente novo, mas com características já vividas em outros momentos: a reterritorialização do capital internacional e desterritorialização dos povos indígenas.

Os povos atrelados a tais contratos são transformados em empregados dos ricos, passando da condição de filhos, cuidadores e protetores da Mãe Natureza (Pacha Mama) para a condição de promotores do capital natural, criando-se assim uma nova categoria: operários da indústria do carbono.

Para os povos indígenas, a terra é mãe, as árvores são os cabelos, os rios são o sangue que corre em suas veias. Para o “capitalismo verde”, os rios são considerados infraestrutura natural e a natureza uma força que precisa ser domada em benefício de um dito progresso, profundamente autofágico, perverso e totalitário.

Exemplos de como se dá a relação dos indígenas com a natureza não faltam. Para os Guarani entram na floresta, logo de manhã, rezam e pedem a Nhanderú orientação na direção em que devem caminhar. Redd e PSA transformam a natureza em mercadoria, a gratuidade em obrigação, a mística em cláusula contratual, o bem estar em supostos “benefícios do capital”. É a mercantilização do sagrado e a coisificação das relações humanas em interface com o meio ambiente.

É preciso recuperar a memória da humanidade sobre nossos vínculos com a natureza, expresso no Sumak Kawsay (Bem Viver). O meio ambiente e as culturas que vivem em harmonia com ele devem ser as bases para o desenvolvimento humano e das sociedades; não um item da economia de mercado.

Na convivência com os povos indígenas, percebemos que são eles, com seus conhecimentos e sabedoria, as fontes inspiradoras para um outro tipo de modelo de sociedade onde o SER prevalece sobre o TER, respeitando e vivendo em harmonia com a natureza.

O “capitalismo verde” é sinônimo de neocolonialismo. Em pleno século 21, surgem novos “espelinhos” - os PSA, o REDD -, lembrando a estratégia usada pelos colonizadores no século 16 para conquistar e destruir os povos indígenas, apoderando-se de seus territórios.

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi), após analisar a lógica do “capitalismo verde” - dito sustentável - e suas consequências para as populações mais sofridas e exploradas do planeta, em especial os povos indígenas, quer juntar-se aos demais setores organizados que dizem NÃO à financeirização da natureza, NÃO à “economia verde” e NÃO ao mercado de carbono.

Luiziânia (GO), 3 de fevereiro de 2012
Conselho Indigenista Missionário (Cimi)

JUNIAO



Charge cedida pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais

ISSN 0102-0625

PORANTIM
EM DEFESA DA CAUSA INDIGENA

Publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

APOIADORES

caritas

Na língua da nação indígena Sateré-Mawé, PORANTIM significa remo, arma, memória.

Dom Erwin Kräutler
Presidente do Cimi

Emília Altini
Vice-Presidente do Cimi

Cleber César Buzatto
Secretário Executivo do Cimi

EDIÇÃO
Patrícia Bonilha – RP: 28339/SP

CONSELHO DE REDAÇÃO

Antônio C. Queiroz, Benedito Prezia, Egon D. Heck, Nello Ruffaldi, Paulo Guimarães, Paulo Suess, Marcy Picanço, Saulo Feitosa, Roberto Liebgot, Elizabeth Amarante Rondon e Lúcia Helena Rangel

ADMINISTRAÇÃO:
Marline Dassoler Buzatto

SELEÇÃO DE FOTOS:
Aida Cruz
Fotos: Arquivo Cimi

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:
Licurgo S. Botelho (61) 3034-6279

IMPRESSÃO:
Mais Soluções Gráficas (61) 3435-8900

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:
SDS - Ed. Venâncio III, sala 310
CEP 70.393-902 - Brasília-DF

Tel: (61) 2106-1650
Fax: (61) 2106-1651

editor.porantim@cimi.org.br
www.cimi.org.br

Registro nº 4, Port. 48.920,
Cartório do 2º Ofício
de Registro Civil - Brasília

Faça sua assinatura pela internet:
adm.porantim@cimi.org.br

PREÇOS:

Ass. anual: R\$ 60,00
Ass. de apoio: R\$ 80,00
Ass. dois anos: R\$ 100,00
América latina: US\$ 50,00
Outros Países: US\$ 70,00

A última fronteira do capital?

Só há uma maneira de conservar o ambiente natural: é preciso mudar, de fato, o próprio modelo de “desenvolvimento” hegemônico, a produção e o consumo

Patricia Bonilha

Assessoria de Comunicação do Cimi

“Um modelo ainda mais predatório e perverso de sociedade, que mercantiliza a natureza em benefício das minorias historicamente privilegiadas, aprofundando drasticamente a desigualdade social e impactando, especialmente, os povos e as comunidades tradicionais”. Esta talvez seja uma das definições mais sintéticas possíveis para expressar a proposta da economia “verde”, a partir de uma perspectiva de quem não privilegia o lucro acima da própria vida.

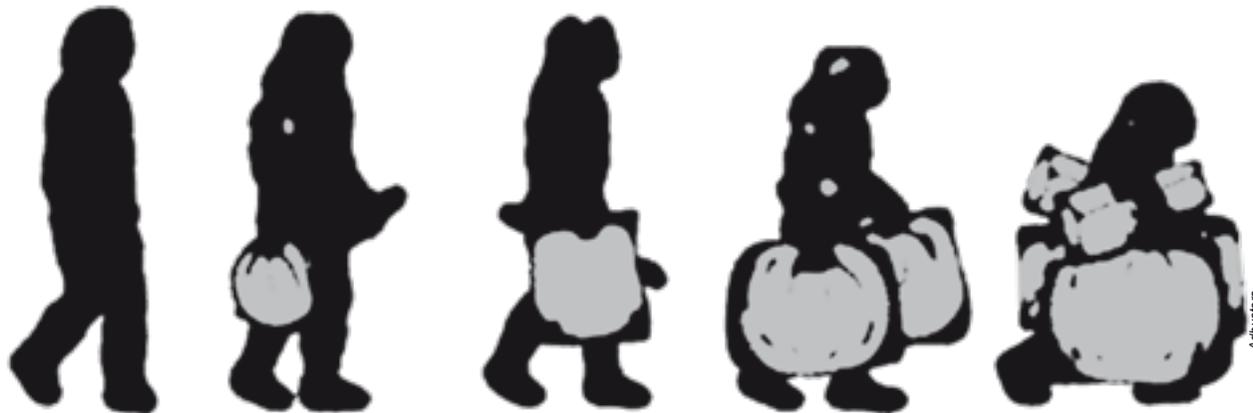
Criado recentemente, o conceito de economia “verde” tem como um de seus objetivos principais mascarar de “sustentável” esta grave ofensiva sobre a natureza, os povos e as comunidades tradicionais – que sempre viveram harmoniosamente com e da natureza -, e sobre os seus territórios – justamente onde está concentrada a maior parte dos bens comuns: água, terra, ar, florestas, biodiversidade, etc.

Esse mascaramento é feito a partir de verdadeiros chavões publicitários e ilusórios, como “neutro em carbono”, “responsabilidade socioambiental”, “compensação de emissões”, “certificação internacional”, “florestal” e “ecológico”, dentre outros. Com este propósito de ocultar a verdadeira prática, os envolvidos na implementação dos projetos que mercantilizam a natureza ainda afirmam que são aplicadas metodologias que garantem a “participação dos povos e transparência em todo o processo”.

Nesse sentido, o de valorizar uma economia verde, caminha o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Segundo esta instituição, esta economia promove a melhoria do bem-estar humano e da igualdade, e, ao mesmo tempo, reduz os riscos ambientais e a escassez ecológica. Desse modo, seus focos seriam a redução das emissões de carbono, o uso eficiente de recursos naturais e a inclusão social.

No entanto, quando a economia verde é colocada em prática, geralmente em um processo “de cima para baixo”, a realidade é totalmente oposta da descrita pelo Pnuma. Alguns exemplos são as seguintes situações vividas pelos povos:

- Comunidades são iludidas com falsas promessas de emprego e de recursos financeiros para aceitarem os projetos em seus territórios;
- Sem a autonomia e o controle sobre o território, os povos não podem mais exercer o modo tradicional de vida: pescar, caçar, fazer o roçado, coletar



O PROCESSO DE “EVOLUÇÃO” DA HUMANIDADE

material, frutos, plantas para o artesanato, a medicina e até mesmo para comerem (o que ameaça a própria soberania alimentar);

- Em outros casos, comunidades e povos são expulsos de seus territórios tradicionais (muitas vezes através do uso de força policial armada), as plantações são destruídas, os animais mortos, as casas são destruídas; violência física, diretamente contra as pessoas, também já ocorreu em alguns casos;
- Se não cumprem as regras impostas pelo projeto, os comunitários passam a ser ameaçados e criminalizados;
- Os conflitos e as divisões aumentam expressivamente dentro da própria comunidade;
- A luta pela garantia da demarcação ou posse do território é relegada;
- O problema do desmatamento e das emissões de gás carbônico não é solucionado.

O porquê da economia verde

O primeiro motivo que vem à cabeça quando se tenta entender a motivação de tamanho investimento em falsas soluções para a destruição do meio ambiente e a desigualdade social é a total falta de interesse em mudar, de fato, as reais causas desses problemas, ou seja do atual modelo industrial de produção e consumo hegemônico. Por dissociar a sociedade da natureza e não concebê-la como ser vivo, mas apenas como fonte de recursos para a exploração e obtenção de lucro, este modelo é o responsável direto tanto pelas altas emissões de gás carbônico como pelo esgotamento de outros bens naturais, como a água, o petróleo e as florestas, dentre outros. No entanto, a intenção dos setores industriais e do sistema financeiro é a de que seus lucros continuem crescendo infinitamente, não importando as consequências dessa sanha capitalista. Isso faz com que insistam nas mesmas receitas de sempre como, por exemplo, o investimento em tecnologias antigas e

mais baratas (a curto prazo), dependentes do carvão e de combustíveis fósseis. Importante ressaltar aqui que de nada adianta investir em novas tecnologias, como a energia solar ou eólica, dentro da mesma lógica oportunista. É preciso mudar, de fato, o próprio modelo de “desenvolvimento”.

E é justamente a possibilidade de transferir a responsabilidade sobre os graves impactos e as consequências desse modelo de sociedade para povos e países que não têm nenhum envolvimento com esta situação limite de destruição/altas emissões a segunda motivação para a efetivação de mecanismos de economia verde.

O testemunho do uganês Yutuko Kimaleni, do povo Bagisu, expulso, em 1992, de sua terra tradicional devido a um acordo, de 99 anos, entre a associação holandesa dos produtores de eletricidade com o governo de Uganda, explicita a perversidade desta proposta. “Se vocês constroem fábricas, os vossos cientistas devem calcular o impacto que elas causarão no clima. Com tanta indústria se faz muita poluição. Se teremos de compartilhar as consequências disso, aconselhamos os holandeses que fechem algumas fábricas e que plantem árvores. Não aqui, onde não temos indústrias. A Holanda que arranje uma solução própria se tem problemas com sua indústria. Mas não podem vir aqui punir as pessoas plantando árvores para compensarem a poluição de lá. Isso é colonialismo. E nós, aqui na Uganda, pensávamos que o colonialismo tinha acabado”, denunciou no documentário *CO² Álibi*, produzido pela tevê holandesa Zembla. Cabe ressaltar ainda que um holandês emitia, na época em que o acordo foi firmado, 130 vezes mais emissões que um uganês.

No Brasil, o projeto Carbono Florestal Suruí é um exemplo emblemático da transferência de responsabilidade pelas emissões feitas por uma empresa poluidora para um povo indígena que vive na Amazônia e nada tem a ver com estas emissões (saiba mais nas páginas 8 a 11).

A descoberta da possibilidade de

capitalizar ainda mais com esta situação limítrofe e caótica do atual desenvolvimento da humanidade no planeta pode ser considerada como um terceiro – e essencial – estímulo para os mercenários da natureza de plantão. Mesmo sendo óbvio que os bens naturais não são ilimitados, preferem evitar as soluções reais e inventam novos mitos de mercado baseados no fato, por exemplo, de que pode-se utilizar quanta energia e poluir o quanto quiser porque tudo será compensado. O que é falso.

A solução já existe

Segundo estudiosos, militantes, organizações e movimentos sociais, só há uma maneira de conservar o ambiente natural: ter menos desenvolvimento, menos indústria, menos aviação, reduzir o uso de combustíveis fósseis, mudar o sistema de mobilidade, a construção e o funcionamento das casas e, muito importante, a própria dieta, que hoje, na maior parte das cidades, é baseada em produtos industrializados e na carne.

E, ironicamente, este é exatamente o modo como vivem os povos indígenas e as comunidades tradicionais para quem os mentores e defensores do mercado “verde” já enviam a conta dos seus débitos históricos, ecológicos, sociais e econômicos, resultado dos gastos e excessos que vêm cometendo nos últimos séculos com o propósito de “desenvolverem-se”. É como se a história colonial estivesse sendo atualizada a partir de uma lógica ultra neoliberal.

Outro dado relevante é que divulga-se reiteradamente, na mídia por exemplo, a possibilidade da humanidade vir a sofrer drasticamente as consequências do aquecimento global e das mudanças climáticas, a ponto até mesmo de ser considerada a sua extinção. No entanto, pouco se debate sobre o fim do capitalismo e a substituição do seu agressivo *modus operandi* por um outro sistema social, fraterno, solidário e em harmonia com os outros seres e as diferentes formas de vida do planeta.

Uma economia a ser rechaçada

... que configura-se como uma das maiores ameaças à continuidade da existência dos modos de vida dos povos e das comunidades tradicionais que sempre resistiram a este sistema

Patrícia Bonilha

Assessoria de Comunicação do Cimi

Devido à infinita capacidade do capitalismo de reinventar-se, o processo de mercantilização da natureza avança ferozmente sobre o ar, as águas, florestas, biodiversidade, terras, territórios e povos de todo o mundo. Sem dúvida, esta nova etapa do capital configura-se como uma das maiores ameaças à continuidade da existência do modo de vida dos povos e das comunidades tradicionais que sempre resistiram a este sistema e, por isso, são consideradas obstáculos ao desenvolvimento e ao progresso.

Marco fundamental neste processo foi o Protocolo de Quioto, selado em 1997, no Japão, e considerado o mais importante acordo mundial sobre o clima. Ele entrou em vigor apenas em 2005 e seu primeiro período de compromisso foi de 2008 a 2012, quando buscou assegurar o “desenvolvimento” dos países, mas de modo a conter o aumento das emissões de gases de efeito estufa, estabelecendo metas diferentes, por exemplo, de acordo com o histórico de poluição do país.

Desde então, uma variedade incrível tem sido apresentada pelo mercado em seu cardápio de mecanismos da economia verde: mercado de carbono, Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd) – que, atualmente tem suas variantes, como o Redd + (que incluiria também a redução das emissões por Conservação, Manejo Florestal Sustentável, Manutenção e Aumento dos Estoques de Carbono Florestal), o Redd Indígena, o Redd Arroz -, o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), o Nama (sigla em inglês para Ações Nacionais Apropriadas de Mitigação) e, a última novidade, a agricultura “climaticamente inteligente”.

Estes mecanismos têm duas características comuns: vocabulário, conceitos e significados abstratos, quase intangíveis, de extrema complexidade e difícil compreensão (especialmente para povos e comunidades que vivem dentro de uma outra lógica de relações com a vida); e uma aparência positiva, benéfica e elogiável, como se fosse uma forma

salutar e um reconhecimento a necessidade de compensar os indígenas, por exemplo, por terem secularmente preservado as florestas. Só que não!

Momento decisivo

De 1º a 12 de dezembro deste ano ocorre em Lima, no Peru, a 20ª Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CQNUMC). Historicamente, esses encontros mundiais têm falhado em apresentar soluções concretas para o problema do aquecimento global e até mesmo em focar nas suas questões centrais. No entanto, existe agora uma expectativa – para os defensores desta política – e um temor – das organizações e movimentos mais críticas a ela - de que esta COP pavimentará os caminhos para a futura regulação e legislação internacional sobre a economia verde.

Segundo a avaliação da geóloga Lúcia Ortiz, da organização Amigos da Terra Brasil, esta COP20 é mais importante que a COP21, que será realizada em Paris, na França, em 2015, porque neste evento será definido o conteúdo de um provável acordo a ser assinado em Paris, que terá validade somente depois de 2020.

“Este acordo está em negociação e em disputa. Por isso, é hora de dar visibilidade ao movimento de resistência contra a financeirização da natureza. As falsas soluções climáticas, como os mercados de carbono, o Redd, a agricultura “inteligente” e outros mecanismos que mercantilizam a vida e controlam os territórios dos povos tradicionais, sem atacar as causas estruturais das mudanças climáticas, serão debatidas em vários pontos da negociação”, informa ela. Essas definições envolvem tanto aspectos técnicos - por exemplo, o que são mecanismos de mercado, não mercado

“Este acordo está em negociação e em disputa. Por isso, é hora de dar visibilidade ao movimento de resistência contra a financeirização da natureza. As falsas soluções climáticas, como os mercados de carbono, o Redd, a agricultura “inteligente” e outros mecanismos que mercantilizam a vida e controlam os territórios dos povos tradicionais, sem atacar as causas estruturais das mudanças climáticas, serão debatidas em vários pontos da negociação”



Laila Menezes

e outras abordagens - como também definições relacionadas à transparência e contabilidade das emissões de carbono.

Lúcia considera que a COP20, como outras COPs, será capturada pelos interesses das corporações e não poderá, por si, trazer verdadeiras soluções e justiça climática para os povos. “Mas o evento é importante para resistir ao avanço da mercantilização da natureza, ao extrativismo e para fortalecer as soluções dos povos, como a soberania alimentar, a agroecologia, a descentralização dos sistemas energéticos, o manejo comunitário das florestas e dos territórios e a economia solidária. Estas soluções reais não estão na pauta das COPs, mas sim no dia a dia das comunidades e nas pautas dos movimentos sociais”, conclui.

Para quem?

A economia verde vem sendo criada, portanto, para o aprofundamento do capitalismo, através da submissão, financeirização e mercantilização da natureza e da expropriação dos territórios

dos povos e comunidades tradicionais, com o objetivo de garantir a maximização de lucros para uma minoria ínfima da população. Mas, quem compõe esta minoria?

São empresas e corporações que atuam na área petroleira (Shell, BP), de mineração (Vale, Rio Tinto), de plantações de “florestas de monoculturas” - como as de papel e celulose (Suzano, Green Resources), agroindustriais e de transgênicos (Monsanto, Bunge); organizações conservacionistas transnacionais (World Wildlife Foundation - WWF, Wildlife Works, The Nature Conservancy - TNC, Conservação Internacional); organismos e programas governamentais multilaterais, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); organizações financeiras multilaterais, como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); e empresas consultoras e certificadoras; além dos próprios governos.

Apenas para dar uma singela dimensão do volume deste novo mercado, segundo dados da *Forest Trends*, organização estadunidense envolvida em vários projetos de economia verde, em 2013 foram negociados nos mercados de carbono voluntários (que incluem o mecanismo de carbono florestal, como o Redd) ativos totalizando US\$ 379 milhões. Somados os ativos desde 2008 este valor ultrapassa os



Winnie Overbeek



“... cada vez mais, a terra é parcelada e transformada em ativos que são negociados nos mercados financeiros”



Marcelo Casal Jr/Agência Brasil

De onde vêm as emissões globais de gases de efeito estufa

25% da queima de combustíveis fósseis para produção de energia e eletricidade
24% da agricultura industrial, desmatamento e mudança do uso do solo
21% da indústria
14% do transporte

* Fonte: IPCC (2014)

Principais países emissores de gases de efeito estufa

País	Atualmente		Acumulado histórico (1850-2005), total
	no volume total	por pessoa	
EUA	15,5%	17 toneladas	29%
China	23%	5,4 toneladas	9%
Rússia	5%	11,6 toneladas	8%

- O principal responsável histórico é os Estados Unidos, seguido da União Europeia, Rússia, Japão e Canadá.
- Os Estados Unidos usam 25% da energia mundial, e tem provocado sozinho mais emissões que os cinco países que o seguem, dez vezes mais que o sexto país e mais de 300 vezes as emissões de cada um de quase todos os países da África.

Um mundo de desigualdades

O 1% mais rico da população tem quase 48,5% da riqueza global *
Os 50% mais pobres têm menos de 1% da riqueza (90% vivem no Sul global) *
20% da população tem 94,5% da riqueza global *
70% da população tem somente 2,9% *
Os 85 multimilionários mais ricos do mundo têm a mesma riqueza de 3,5 bilhões de pessoas **
A riqueza global aumentou 68% nos últimos 10 anos. O 1% mais rico capturou 95% das entradas, enquanto 90% ficou muito mais pobre, marginalizado, desempregado e precarizado **

Fonte: * Relatório da Riqueza Global, 2012/2014, Credit Suisse

** Fonte: ETC Group

US\$ 4 bilhões¹. Este mercado chama-se voluntário porque não exige uma legislação nacional ou internacional para regular os contratos.

Estima-se que as negociações relacionadas ao mercado global da economia “verde” deve ser expressivamente superior aos valores do mercado voluntário de carbono. De acordo com Winnie Overbeek, coordenador internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, sigla em inglês), este mercado avança porque tem como uma de suas principais características a financeirização “quase infinita” da natureza. Coloca no mercado, especula e lucra com a privatização das terras, com a produção realizada em cima delas (alimento, madeira) e com a mercantilização de funções da própria natureza: a capacidade de armazenar carbono, a biodiversidade, a capacidade de reter água, a polinização das abelhas, etc.

“Este é um processo que avança bastante. Ou seja, cada vez mais, uma simples plantação de eucalipto não é mais, simplesmente, uma plantação de árvores, que é cortada, produz celulose e é vendida. Significa também que, cada vez mais, a terra é parcelada e transformada em ativos que são negociados nos mercados financeiros. Ao mesmo tempo em que o futuro lucro da celulose é algo que também pode ser negociado nesses mercados”, explica ele. Além disso, é possível que seja feita mais de

uma transação com o mesmo ativo de carbono, por exemplo, com o carbono armazenado numa floresta com projeto de Redd. “Essa possibilidade tem a ver com a lógica dos mercados financeiros, onde o mesmo ativo pode passar de uma mão para outra, ou seja, há vários níveis de negociação e especulação”, complementa Winnie.

Legislação brasileira, à espreita

Apesar de não haver uma legislação internacional que regule o mercado e a política de economia verde, existem dois projetos de lei relacionados a este tema no Congresso Nacional. O mais antigo é o PL 792/2007, de autoria do deputado Anselmo de Jesus (PT-RO), sobre o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Ele institui a Política Nacional de PSA, o Programa Federal de PSA, o Fundo Federal de PSA e o Cadastro Nacional de PSA. O segundo é o PL 195/2011, de autoria da deputada Rebecca Garcia (PP/AM), que institui o Sistema Nacional de Redd +.

A expectativa é que a partir do novo acordo internacional, a ser fechado em 2015, na COP de Paris (segundo prometem os governos-membro da Convenção), as legislações nacionais sejam aprovadas e a economia verde deslanche em todo o planeta. Atualmente, há poucos mercados obrigatórios, como o europeu e o da Califórnia, nos Estados Unidos.

Apesar da ausência de uma legislação nacional e internacional, o Acre aprovou em 2010 o Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (Sisa), que regulamenta mecanismos de economia verde no estado, considerado um exemplo no mundo todo na implementação desta política.

No entanto, novamente, a fala de quem sente na pele e no dia a dia os impactos é contrária ao discurso oficial propagandeado. “A gente vive no Acre, tido como referência mundial em sustentabilidade. Mas para quem está na floresta, isso é só no papel. Não vemos a melhoria de vida das populações tradicionais que é afirmada pelo governo”, expõe Dercy Teles de Carvalho, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri e posseira no Seringal Boa Vista (saiba mais nas páginas 6 e 7).

Oxalá esta perspectiva atual se inverta. E a sociedade ocidental possa aprender com os povos e as comunidades tradicionais os meios e modos de viver em paz entre os humanos e com os outros seres e formas de vida da natureza.

1 <http://www.forest-trends.org/documents/files/VCM2014PPT.pdf>

Povos da floresta e territórios: serviços ou direitos?

No contexto da COP sobre Mudança Climática, a ser realizada em dezembro de 2014 em Lima, no Peru, convém tratar das florestas e dos direitos dos povos que nela vivem

Cristiane Faustino e Fabrina Furtado

Faltando um ano para ser concluída a elaboração do acordo global sobre clima, cujo prazo é dezembro de 2015, a Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (CQNUMC), de Lima, é um momento chave de negociações. O acordo em discussão criará um regime internacional sobre o clima, determinando obrigações para os países-membro (as Partes) da CQNUMC, e entrará em vigor em janeiro de 2020. Neste debate alguns setores são priorizados, entre eles, o tema das florestas ou a redução do desmatamento e degradação florestal, considerado um “setor” onde as emissões de gás carbônico (CO²), que contribuem para a mudança do clima, podem ser reduzidas de forma mais rápida, mais barata e com benefícios para todos os envolvidos.

Isso significa, na prática, decisões sobre o mecanismo de Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd), mais especificamente sobre o seu financiamento, o papel dos mercados e se haverá compensação por Redd. Fortalecer os mecanismos de Redd já é praticamente consenso, mas os países precisam decidir se os créditos gerados pela redução do desmatamento e da degradação serão financiados pelo mercado de carbono ou por outros instrumentos de mercado, e se o investimento de um país em tal iniciativa significará que o mesmo possa usá-lo para diminuir/compensar suas obrigações de redução de emissões.

Pelos mecanismos de compensação e pelo mercado de carbono, um país ou estado não precisaria efetivamente diminuir suas emissões, mas poderia “comprar” essa redução (pelo menos no papel), neste caso por não-desmatamento, de outro país, ou seja, comprar o direito de poluir. Para quem não acompanha os pontos e vírgulas das negociações, isso tudo pode parecer complexo e, às vezes, quase abstrato, mas como não existem florestas sem gente e essas gentes não vivem sem as florestas, esta é uma questão que afetará, e já afeta, a vida das populações tradicionais e indígenas.



Verena Glass

“A perda da autonomia e as restrições sobre o uso da terra e da floresta impostas pelo projeto Valparaíso impedem os comunitários de exercerem o seu modo de vida tradicional. Eles também se preocupam que as promessas de regularização fundiária não se realizem e, pior, com a possibilidade de serem expulsos da terra em que vivem”

Neste debate, vale tomar como emblema o caso brasileiro do Acre, que é considerado referência nas negociações sobre clima. Atualmente, a chamada economia verde no estado é vista nos meios oficiais como uma experiência que harmoniza crescimento econômico e conservação ambiental, e é onde existe o programa jurisdicional de Redd considerado o mais avançado do mundo. O Sistema de Incentivos aos Serviços Ambientais (Sisa), lei estadual acreana aprovada em 2010, é definido como “um conjunto de princípios, diretrizes, instituições e instrumentos capazes de proporcionar uma adequada estrutura para o desenvolvimento de um inovador setor econômico do Século XXI: a valorização econômica da preservação do meio ambiente por meio do incentivo a serviços ecossistêmicos”. Os “serviços e produtos ecossistêmicos” citados são: o sequestro, a conservação, manutenção

e o aumento de estoque e a diminuição do fluxo do carbono; a conservação da beleza cênica natural; a conservação da sociobiodiversidade; a conservação das águas e dos serviços hídricos; a regulação do clima; a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico; e a conservação e o melhoramento do solo. Nesse sentido, estão sendo desenvolvidos cinco programas relacionados: Carbono Florestal (ISA Carbono); Sociobiodiversidade; Recursos Hídricos; Regulação do Clima; e Valorização Cultural e Tradicional. O Programa ISA Carbono foi o primeiro a ser desenhado e implementado e busca alcançar a meta voluntária do governo do Acre de redução de emissões por desmatamento e degradação florestal¹.

Para avançar com o Sisa, o governo do Acre já recebeu financiamento do Fundo Amazônia, gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do banco alemão de desenvolvimento KfW, da, também alemã, agência de cooperação internacional GIZ, da organização conservacionista WWF-Brasil e da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN, sigla em inglês). Para o futuro, o governo do Acre pretende garantir recursos do mercado de carbono e de outros serviços ambientais, voluntários e oficiais.

Ainda nesse terreno, em novembro de 2010, os governos do Acre, da Califórnia (Estados Unidos) e de Chiapas (México) assinaram um memorando de entendimento para discutir as bases de um acordo de comércio de créditos

oriundos de Redd. Porém, as organizações da sociedade civil dos Estados Unidos lutam contra modificações no marco jurídico da Califórnia que permitam a lógica do mercado de carbono e da compensação². Para o estado do Acre, serão estratégicas as definições da CQNUMC sobre a oficialização da relação entre Redd e mercado.

Além de ser necessário realizar uma análise mais aprofundada em termos dos efeitos e impactos do Sisa sobre as demais políticas de Estado e sobre a própria sociedade como um todo, falta, avaliam inclusive alguns dos seus apoiadores, um debate mais amplo e qualificado. O governo estadual afirma que a consulta e participação para a elaboração e implementação do Sisa foram, e continuam sendo, amplas, mas algumas organizações locais, como o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), argumentam que as mesmas não contemplam a diversidade de perspectivas e pensamentos críticos no estado.

Outras preocupações estão relacionadas à incidência da lei sobre os territórios federais, como as terras indígenas, as reservas e as florestas públicas, podendo haver sobreposição de poderes, o que colocaria em xeque a constitucionalidade da mesma; ao receio de que o Sisa elimine a cultura extrativista, caso as comunidades sejam proibidas de realizar atividades tradicionais de subsistência, como a extração de látex das seringueiras e as queimadas para roçados; e à privatização do meio ambiente, definido como bem de uso do povo (público) pelo art. 225 da Constituição Federal, quando instala-se a compra e venda dos chamados serviços ambientais.

“Querem a gente acuado”

Enquanto o Sisa é institucionalizado, projetos privados de Redd já começam a gerar conflitos nos territórios, como o projeto Purus e os projetos Russas e Valparaíso, todos em vias de registro no Sisa. No caso do Purus, localizado no interior do município de Manoel Urbano, as preocupações estão relacionadas à

² WWF. O Sistema de Incentivos por Serviços Ambientais do Estado do Acre. Lições para políticas, programas e estratégias de Redd jurisdicional. WWF: Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/?uNewsID=35382>

¹ BRASIL. Governo do Acre. Sistema de Incentivo a Serviços Ambientais. Rio Branco, 2010



falta de entendimento sobre o projeto por parte da comunidade; à divisão da comunidade e ao acirramento de conflitos; à impossibilidade de realizar uma série de atividades importantes para a subsistência, sob pena de criminalização; ao fato de que o incremento na renda será mínimo, se efetivamente ocorrer, para quem participa voluntariamente do projeto; e à constatação de que as ações sociais propostas são, na verdade, de responsabilidade do Estado e direitos constitucionais da população, que não podem estar associados e muito menos condicionados à execução do projeto. Receosa com as perdas e insegura quanto às oportunidades e melhorias prometidas pelos proponentes, a comunidade tenta agora sair do projeto e garantir a regularização da terra. Como expressou um seringueiro impactado pelo projeto “Eles querem que nós fique aqui dentro, acuados, num canto, sem poder fazer nada pra, daqui uns dias, a gente não ter nenhum roçado para plantar nossa roça”.

No caso dos projetos Russas e Valparaíso, localizados no município de Cruzeiro do Sul, os comunitários estão preocupados com a falta de informação sobre o significado do projeto; as restrições sobre o uso da terra e da floresta; o futuro; as promessas de regularização fundiária em troca da aprovação do projeto; a ameaça de expulsão, no caso do não acordo; a individualização do processo de regularização (mediante contratos individuais de titulação da terra); e a falta de apropriação da comunidade em relação aos termos dos contratos com proprietários de terras e empresas estrangeiras.

Segundo informações do governo do estado, esses projetos não serão registrados no Sisa enquanto o proprietário (e não o próprio Estado) não regularizar a situação. Entretanto, os projetos continuam em andamento. No caso do Purus, por exemplo, em junho de 2013, a Federação Internacional de Futebol (Fifa) declarou seu apoio ao Projeto Purus, como instrumento para “neutralizar” a emissão de carbono durante a Copa do Mundo. De acordo com a Fifa, os projetos (Purus e mais dois) “passaram por um rigoroso processo de licitação e cumprem os padrões definidos pela *International Carbon Reduction and Offsetting*

Alliance (Icroa), tendo sido realizada a seleção final por um painel independente de ONGs ambientais” (Fifa, 2014).

Do ponto de vista socioambiental é preciso considerar, de antemão, as enormes contradições existentes entre a destruição ambiental/desigualdade social e as soluções de mercado, tendo em vista que a degradação ambiental e os problemas sociais dela decorrentes estão vinculados à própria lógica mercantil de acumulação, em detrimento da preservação do meio ambiente e da garantia dos direitos dos povos. Nessa lógica de “economia verde”, a natureza é percebida como um estoque de carbono e de outros “serviços” e os sujeitos de direitos são reduzidos a fornecedores ou compradores de serviço.

Além disso, transfere-se a “culpa” da degradação ambiental para os sujeitos comunitários, cujas práticas são de baixo impacto ambiental. Ao impor, de forma simplista e descolada da realidade e das necessidades comunitárias, a ideia absoluta de “floresta em pé”, desvaloriza-se e coloca-se em risco os diferentes modos de ocupação e uso feitos pelas comunidades tradicionais e pelos povos indígenas. Ao optar por desenvolver políticas dessa natureza, o governo faz uma escolha direcionada e expõe a população aos riscos que advêm desta opção, num contexto de enormes desigualdades entre os sujeitos envolvidos: comunidades, por um lado, e fazendeiros e empresas, por outro.

Ao mesmo tempo, os principais agentes da degradação ambiental, como os fazendeiros e as empresas, recebem incentivos financeiros e compensação, como se estivessem prestando um serviço para a sociedade, que deve pagar pelo mesmo. Desse ponto de vista, os efeitos da economia verde expressam-se no processamento das injustiças e desigualdades históricas que, além de situar as comunidades em lugar desprivilegiado na relação, parte do pressuposto de sua culpabilização e legítima a penalização de sua existência.

De fato, no caso dos projetos de Redd no Acre, o processo ocorre em um contexto de muitas desigualdades, aprofundadas pela falta de informação e formação adequadas das comunidades sobre questões fundamentais que afetam

“Em seus territórios ancestrais, os povos da floresta não podem ser excluídos dos processos de decisão sobre seus próprios futuros ou serem considerados obstáculos ao desenvolvimento. Ao contrário, a sociedade ocidental precisa se ‘abrir’ para aprender com estes povos, especialmente sobre como viver de um modo mais respeitoso e harmônico com todas as formas de vida”

as suas vidas. Isso favorece a atuação das empresas e a imposição dos projetos nas comunidades. Além disso, frente à insegurança da posse, as comunidades locais ficam fragilizadas e passíveis de serem coagidas a aceitar as propostas externas como redenção de suas necessidades em detrimento de sua autonomia.

A situação imposta a essas comunidades é o de duas perversas opções: 1 - perda da floresta e dos seus territórios e ausência de políticas públicas; 2 - projetos de Redd. A regularização territorial e as políticas de direitos aparecem como moeda de troca para as comunidades aceitarem os projetos. Por outro lado, a responsabilidade da regularização da situação de posseiros, direito da população e dever do Estado, é “transferida” para o “proprietário” da terra/do projeto, diretamente e em posição privilegiada, interessado na sua exploração mercadológica. Agravante dessa situação é a ausência de metodologias de trabalho que possibilitem uma apropriação qualificada por parte das comunidades da linguagem e das informações “técnicas” apresentadas pelos proponentes e executores dos projetos.

Consolidação das injustiças

Nessas ponderações, importa considerar que num contexto de desigualdades sociais e ambientais, que marcam não só o estado do Acre, mas o Brasil e outros países do Sul global, o caminho do mercado para enfrentar os fatores

das mudanças climáticas mostra-se como uma solução problemática, uma vez que não enfrenta as injustiças e a degradação socioambientais, mas consolida-se por meio delas, ao passo em que pode comprometer direitos conquistados e agravar violações crônicas, como a concentração fundiária e a negação dos direitos políticos, culturais, econômicos e ambientais das populações.

Em seus territórios históricos, os povos da floresta não podem ser excluídos dos processos de decisão sobre seus próprios futuros ou serem considerados obstáculos ao desenvolvimento e progresso. No que se refere ao tema das mudanças climáticas e ao significado das florestas é absolutamente legítimo e necessário que às comunidades e aos povos que com elas convivem, seja garantido o direito de pensar, opinar e decidir. Entretanto, a compreensão plena das comunidades sobre a situação exige uma participação ativa na própria concepção da política, garantindo o direito de rejeitar processos que provoquem perdas, danos e aumento das vulnerabilidades. Também exige que o acesso às informações, aos recursos e às instituições nacionais e internacionais sejam garantidos mediante processos democráticos e não ocorram como fatores de favorecimentos, privilégios e reprodução de desigualdades.

Aos chefes de Estados da COP cabe desprenderem-se de uma lógica que situa as soluções dos problemas socioambientais e do clima sempre integradas ao atual sistema de produção e consumo hegemônico. Pois talvez seja necessário fazer justamente o contrário, ou seja, a sociedade ocidental se “abrir” para aprender com os povos e as populações tradicionais, especialmente sobre como viver de um modo mais respeitoso e harmônico com todas as formas de vida. No mais, a diversidade sociocultural e a garantia dos direitos dos povos é, de antemão, a melhor e mais sustentável forma de conter e enfrentar não só as mudanças climáticas, mas toda a crise civilizatória que coloca em risco a própria existência humana no planeta.

Cristiane Faustino e Fabrina Furtado foram, respectivamente, relatora e assessora da Relatoria de Direito Humano ao Meio Ambiente da Plataforma Dhesca Brasil, entre maio de 2012 e maio de 2014.

“Pra que projetos que destroem a vida?”

Em setembro de 2013, fotos do povo Paiter-Suruí foram amplamente veiculadas na imprensa e nas redes sociais tanto no Brasil como no exterior. Tratava-se da divulgação do contrato que os indígenas assinaram com a maior empresa brasileira de cosméticos, a Natura, em que esta comprava as primeiras 120 mil toneladas* de créditos de carbono “sequestrados” da Terra Indígena Sete de Setembro, no período de 2009 a 2012. A empresa foi a primeira do mundo a adquirir créditos de carbono indígena, emitidos por duas certificadoras internacionais.

Apesar de toda a euforia com que este contrato foi propagandeado, o cacique da aldeia Sete de Setembro, Henrique Ibaday Suruí, 50 anos, pai de nove filhos, um ano após a assinatura desse contrato, afirma que, atualmente,

“100% da comunidade é contra este projeto”. Segundo ele, os Suruí não entenderam muito bem do que se tratava o projeto e foram iludidos com falsas promessas de melhoria de vida. Nesta entrevista exclusiva ao Porantim, Henrique conta que desde 2007, quando teve início o “Plano de Gestão de 50 anos do Povo Paiter-Suruí”, a vida da comunidade mudou radicalmente, sendo impedida de caçar, pescar, fazer roça e produzir artesanato. Sem autonomia em seu próprio território, houve muita divisão no povo Suruí, que “tá sem vida”. Ele anuncia que a comunidade quer a supressão do projeto, centralizado em uma pessoa só, pra voltar a viver como antes e “Voltar a ser guerreiro”.

Entrevista concedida a Patrícia Bonilha, da Assessoria de Comunicação do Cimi

* <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/09/indios-suruí-concluem-1-venda-de-creditos-de-carbono-indigenas-do-pais.html>

Porantim - Fale um pouco sobre a realidade do povo Paiter-Suruí hoje.

Henrique Suruí - Atualmente, somos cerca de 1.800 pessoas vivendo em 25 aldeias. Cada aldeia tem um cacique. A Terra Indígena Sete de Setembro foi homologada no final dos anos de 1970 e tem uma área de 248.000 hectares, que fica metade no estado de Rondônia e metade no Mato Grosso. Cerca de 30% do povo Suruí só fala a língua Tupi, sendo que muitos que entendem o português, falam muito mal esta língua.

Porantim - Em relação ao projeto de Carbono Florestal Suruí, quantas aldeias participaram desse projeto?

Henrique Suruí - Quando começaram a discussão sobre o projeto de carbono, em 2007, vinte aldeias começaram a participar, as outras cinco ficaram fora. Eu alertei muito algumas lideranças que o projeto não seria bom futuramente para o povo Suruí.

Porantim - Como foi o processo de construção do projeto? A comunidade participou? Houve uma ampla consulta?

Henrique Suruí - Quem começou o projeto não foram nem as ONGs [Organizações Não Governamentais], nem a Natura, que entrou agora, quando negociou recursos e comprou um pouco de sequestro. Quem

trouxo o projeto para dentro foi o Almir Suruí, com o apoio da [organização] Kanindé. Tem outras organizações envolvidas, mas não lembro muito porque eu nunca participei das discussões porque sempre fui contrário. Quando começaram a discutir o projeto de carbono, ele dizia que nós temos projeto de carbono significa melhoria de qualidade de vida para o povo: “Suruí vai virar empresário, vai ter mercado, loja, posto de gasolina”. Disseram que teria mercado dentro da terra indígena. Cada um teria dinheiro na conta, individualmente. E o povo Suruí quer melhoria de qualidade, e aceitaram a proposta. Eu dizia que projeto não era bom pro povo Suruí.

Porantim - Por que você dizia isso?

Henrique Suruí - Porque quando começaram, eu procurei muito saber como seria esse recurso passado para o povo

Suruí. Diziam que seria doado e, um dia, descobri através de meus amigos e entidades de apoio que nós, um dia, ia perder a terra porque o recurso passado ia pagar o direito de viver em nossa terra e ia tirar o nosso direito. As organizações começaram a fazer reuniões com a comunidade e faziam muita promessa, ofereciam muita coisa e agradavam demais. Diziam que recursos seriam passados pra conta de cada um e que ia melhorar a vida de cada pessoa. Isso iludiu muito a vida do meu povo.

Porantim - Você acha que os indígenas conseguiram entender, de fato, o que significa participar de um projeto como esses?

Henrique Suruí - Primeiro, não entendiam não. O pensamento era mais focado no dinheiro. Não pensavam o que ia trazer

futuramente e o que podia prejudicar o povo Suruí. A promessa era muito bonita. Até hoje a maioria do povo Suruí não entende ainda o que é isso, Redd [Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação]. Poucas lideranças entendem.

Porantim - E a comunidade foi consultada?

Henrique Suruí - Eles nunca perguntaram se querem participar, se o povo Suruí quer participar. Chegaram a dizer pro Suruí: “temos este projeto e vocês têm que aceitar este projeto”. Nunca perguntou se era bom ou não pros Suruí. Diziam: “este projeto é bom e pode melhorar a vida dos Suruí”. Falavam só isso.

Porantim - E quem assinou o projeto?

Henrique Suruí - Todas as seis associações da base assinaram. Elas foram criadas para receber os recursos do projeto.

Porantim - O que mudou, a partir da implantação do projeto?

Henrique Suruí - Depois do “Plano de Gestão de 50 anos do Povo Paiter-Suruí”, empresas internacionais queriam comprar sequestro de carbono. Esse plano servia só pra dizer que os Suruí autorizaram comprar carbono na sua terra e que os interessados teriam mais facilidade. Esperavam a assinatura de um projeto, mas já impedia a vida tradicional do povo Suruí.

“O povo tinha liberdade e saúde, era sem doença. Hoje, na vida presente, temos doenças, perdemos nossos velhos, temos depressão. Muitos velhos Suruí estão com depressão. Hoje, o povo Suruí não acredita no que aconteceu com eles. Ninguém sabe o que aconteceu com o dinheiro”





“Projeto de carbono pra nossa terra é pra tirar a vida do povo Suruí. Vai tirar a sua vida de felicidade, de direito de viver em cima da sua terra... É uma bomba pra vida de qualquer ser humano... O que aconteceu com povo Suruí é uma história pro resto da vida e para o mundo... pra que nenhum indígena faça este tipo de projeto em sua terra”

esperando este projeto. Ficou deprimido e sem autoridade pra fazer o que fazia antes. Houve uma divisão muito grande entre nós. Então, é muito difícil a nossa vida hoje. Nós não acreditamos em ninguém. O povo não acredita no que aconteceu com nós. Suruí tá assustado. Não tem pra quem falar o que aconteceu com Suruí. O povo tá sem vida. Queremos a supressão do projeto pra voltar a ter a vida que tínhamos antes. Voltar a ser guerreiro.

Porantim - O projeto levou algum benefício para a comunidade?

Henrique Suruí - Nada, nada, nada. Só prejudicou a vida Suruí. A vida acabou, não tem mais nada. Não tem projeto como tinha antes. Acabou. Antigamente tinha projeto da Funai, da associação nossa pra dentro da comunidade e, agora, não tem mais. Eles que comandam tudo e têm tudo na mão. Não tem conversa com ninguém. Brigam quando perguntam sobre o dinheiro. Todos que estavam ao lado dos responsáveis pelo projeto, saíram. Eles estão sozinhos.

“Suruí tá assustado. Não tem pra quem falar o que aconteceu com Suruí. O povo tá sem vida. Queremos a supressão do projeto pra voltar a ter a vida que tínhamos antes. Voltar a ser guerreiro”

Porantim - Na imprensa foi noticiado que o valor do contrato com a Natura é de R\$ 1,2 milhão. Você sabe se este valor está correto?

Henrique Suruí - É este o valor sim, mas ninguém sabe onde tá este dinheiro. E a comunidade não recebeu nenhum benefício.

Porantim - Como está a situação hoje? Quem concordava com o projeto, mudou de posição?

Henrique Suruí - Hoje 100% da comunidade é contra este projeto. Ninguém mais quer falar deste projeto nos Suruí. Tudo ficou centralizado em uma pessoa. A Natura só trata com uma pessoa. Nem Natura sabe o que tá acontecendo com o Suruí. Ninguém sabe. Não abrimos a boca ainda. Esta é a primeira vez que falamos sobre a realidade do povo Suruí, pra vocês.

Porantim - O que seriam as operações da Polícia Federal?

Henrique Suruí - A PF chega, entra na aldeia e checa se os índios estão cumprindo o projeto. Se não tiver, pode ser processado. Fiscaliza dentro da aldeia e a gente recebe muita ameaça dos policiais. Agora acalmou mais. Mas o projeto tá prejudicando o Suruí. Agora, o MPF [Ministério Público Federal] e a PF tão começando a entender que o projeto não é bom pro povo Suruí.

Porantim - Qual o propósito de fazer o diagnóstico socioeconômico e ecológico nas terras indígenas? Quem é responsável por ele?

A ONG Kanindé e outras. Pra fazer outros projetos de Reed em outras terras indígenas, ampliar pro estado todo.

Porantim - Outros povos estão se envolvendo com o mercado de carbono em Rondônia? Qual é a posição do governo?

Estão preparando projetos também. O governo do estado está favorável. O Almir é apoiado pelo Estado.

Porantim - Diante do contexto que você descreve, o que o povo Suruí pretende fazer?

Henrique Suruí - Primeiro, nós nos reunimos no mês passado. Sabemos que este projeto dividiu o povo e quase acabou com a nossa vida. E entendemos que o povo é pra sempre e tem que vencer, apesar de toda esta situação. Depois, nunca mais pensar em carbono em nossa terra e, principalmente, nenhuma ONG fazer projeto em nome do povo Suruí. Vamos lutar pela nossa saúde, educação, nossa cultura. Vamos fazer. Acreditamos que apesar da situação difícil que vivemos hoje, vamos vencer. Pensar o futuro do povo Suruí. Lutar pelos nossos direitos. Este projeto de promessa que vem de foram não dá futuro pra gente. Vamos voltar a ser Suruí novamente. Hoje é muito difícil dizer que estamos unidos. O projeto trouxe uma divisão muito grande. Não é qualquer liderança que pode organizar o povo Suruí novamente e que pode dizer para voltar a ser Suruí. Povo Suruí desacreditou liderança com projeto enganoso que iludiu a gente. Tá difícil. Lideranças velhas não conseguem acreditar e ficam com depressão. E muitas pessoas que foram responsáveis, que acreditaram no projeto, não querem conversa com ninguém. Não acreditam em mais nada. Nem eu acredito ainda no que aconteceu.

Porantim - Hoje, como você definiria o mercado de carbono?

Henrique Suruí - Projeto de carbono pra nossa terra é pra tirar a vida do povo Suruí. Vai tirar a sua vida de felicidade, de direito de viver em cima da sua terra. Se você está feliz hoje e vê a destruição na sua vida, é difícil. É uma bomba pra vida de qualquer ser humano. O que tá acontecendo com a gente não é fácil. O que aconteceu com povo Suruí é uma história pro resto da vida e para o mundo... pra que nenhum indígena faça este tipo de projeto em sua terra, porque a terra dá a vida, a floresta dá a vida, pra nós plantar e colher. Faço votos que nenhum outro povo aceite um projeto desses. Pra que querer projetos que destroem a vida?



Laila Menezes

Projeto Carbono Suruí: ao invés de direitos, dinheiro

Michael F. Schmidlehner

O projeto Carbono Florestal Suruí foi iniciado em 2007 e é considerado pioneiro no Brasil por ser o primeiro projeto do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (Redd) em terras indígenas a ser validado em certificações internacionais. Implementado na Terra Indígena Sete de Setembro, ele abrange florestas localizadas nos estados de Rondônia e Mato Grosso.

Elaborado através da parceria da Associação Metareilá do Povo Suruí com a Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé, as Organizações Não Governamentais (ONG) estadunidenses *Forest Trends* e Equipe de Conservação da Amazônia (ACT Brasil), o Instituto de Conservação e Desenvolvimento do Amazonas (Idesam) e com o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), o projeto contou ainda com o acompanhamento da Fundação Nacional do Índio (Funai) para a sua implementação.

Para as organizações envolvidas, o elemento central que comprova a legitimidade do projeto é um documento publicado em inglês e português pela ACT, no ano de 2010, intitulado “Consentimento Livre, Prévio e Informado - Projeto Carbono Suruí”. O consentimento livre, prévio e informado, como é orientado pela Convenção 169 da Organização Internacional de Trabalho (OIT), deve servir para proteger os interesses de povos indígenas frente a medidas que afetem suas vidas, crenças, instituições, valores espirituais e a terra que ocupam e utilizam. Este direito à consulta certamente é uma das armas mais importantes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais na luta contra as contínuas invasões e transgressões que sofrem em seus territórios.

Atualmente, inúmeras tentativas estão sendo feitas no sentido de minar este direito. De um lado, o governo procura interpretar o direito de consulta como não vinculante, ou seja, não aceitar o “não” dos povos indígenas. De outro lado, o termo “consentimento” vem sendo aplicado cada vez mais fre-



Betty Mindlin

quentemente a processos questionáveis de envolvimento de comunidades em negócios.

Para um processo de consulta ser considerado válido, depende, em boa medida, da quantidade e da qualidade de informações que a comunidade dispunha quando deu seu consentimento e de não ter havido qualquer manipulação ou aliciamento.

O documento supracitado da ACT afirma que o processo de consulta garantiu que as “informações necessárias” foram fornecidas. Mas, ficam as dúvidas: quais informações foram estas?; quem decidiu quais informações devem ser consideradas necessárias para as comunidades? O documento menciona uma metodologia participativa, marcos legais e teorias antropológicas que teriam orientado os “eventos comunicativos e as articulações interétnicas” que compuseram o processo de consulta.

No entanto, o documento não traz praticamente nenhuma informação sobre os conteúdos que realmente foram discutidos com os quatro clãs dos Paiter-Suruí nos encontros realizados. Há uma única referência sobre um questionamento dos Paiter-Suruí, durante um “diálogo intercultural” sobre carbono e Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA): “como comercializar algo que não se vê, não se toca e não se conhece?”. Esta pergunta indica que a discussão deve, além de ter despertado

as expectativas de lucros a partir da comercialização, ter girado em torno de questões técnicas, onde os indígenas provavelmente receberam “explicações” da ciência do homem branco.

Desde que foram inventados, o Redd e os serviços ambientais estão sendo discutidos, debatidos e, cada vez mais, questionados no mundo inteiro. Os principais questionamentos são a respeito: primeiro, da antiética lógica do “pagar para poluir”, segundo, do caráter virtual desses projetos, que se baseiam em grande parte em situações hipotéticas e, muitas vezes, resumem-se em um “faz de conta”, possibilitando esquemas fraudulentos; e, terceiro e principal, dos profundos impactos sobre as comunidades, que terão que adaptar seu modo de vida, colocando em risco sua autonomia na gestão de seus recursos, sua cultura, sua autêntica relação com a natureza e sua soberania alimentar, - além do risco de serem criminalizadas, como consequência da implementação desses projetos.

Seria essencial que as comunidades Paiter-Suruí tivessem tido conhecimento de tais questionamentos e preocupações antes de terem decidido sobre consentir ou não com o projeto. Assim como, também deveriam saber, antes de consentirem em comercializar o carbono estocado nas árvores da sua terra, quem seria o futuro comprador deste carbono e para que ele seria usado.

Marketing positivo, atuação polêmica

Em setembro de 2013, os Paiter-Suruí concluíram a primeira venda de créditos de carbono. A compradora foi a empresa de cosméticos Natura, que adquiriu 120 mil toneladas¹ de carbono, para compensar as emissões poluidoras do seu processo industrial. O valor oficial da negociação não foi divulgado, mas alguns veículos de imprensa noticiaram que ele teria girado em torno de R\$ 1,2 milhão².

Atuando em diversos países e com laboratórios para o desenvolvimento de produtos sediados em Paris, na França, a Natura é hoje uma empresa multinacional com uma receita líquida acima de R\$ 7 bilhões³. Publicamente, ela apresenta-se como instituição comprometida com a preservação do meio ambiente e a valorização das comunidades da Amazônia, de onde extrai 30% dos insumos para os seus produtos. Entretanto, as relações da empresa com as comunidades já foram, e continuam sendo em alguns casos, bastante problemáticas. O acesso da empresa aos conhecimentos tradicionais das comunidades e supostas práticas de biopirataria vêm causando polêmicas e ações judiciais como, por exemplo, nos casos do Breu Branco⁴, da Priprioca⁵ e do Murumuru⁶.

Nesse contexto, manter a imagem de “eticamente correta” e “ambientalmente responsável” é de importância estratégica para a Natura. Com a compra do estoque de carbono dos Paiter-Suruí, ela não apenas se torna “neutra em carbono” como também associa sua imagem pública, de forma positiva, com

1 <http://g1.globo.com/natureza/noticia/2013/09/indios-suruí-concluem-1-venda-de-creditos-de-carbono-indigenas-do-pais.html>

2 <http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2013/09/1340114-indios-de-ro-fecham-primeira-venda-de-carbono-certificado.shtml>, último acesso em 27 de novembro de 2014

3 Relatório Natura 2013, disponível em <http://www.relatoweb.com.br/natura/13/>, último acesso em 26 de novembro de 2014

4 Mais informações em: <http://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2261>, último acesso em 15 de novembro de 2014

5 Mais informações em: <http://oglobo.globo.com/blogs/ecoverde/posts/2010/11/14/caso-natura-nao-tem-mocinhos-bandidos-340776.asp>, último acesso em 15 de novembro de 2014

6 Mais informações em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/blogdaamazonia/blog/2009/02/17/acusada-de-biopirataria-pelo-mpf-natura-enfrenta-indios-na-justica-federal/>, último acesso em 15 de novembro de 2014



os indígenas, considerados os “guardiões da floresta”.

Este contrato da Natura com os Paiter-Suruí evidencia outro aspecto vinculado à economia verde: o da apropriação dos conhecimentos tradicionais e dos recursos genéticos por meio de pesquisas e patentes. Assim como a Natura, a ACT possui um histórico de acusações de biopirataria. Marco van Roosmalen, pai de Vasco van Roosmalen, atual presidente desta ONG, causou polêmica no Brasil, entre outros países, após ter “descoberto” duas espécies de macacos em 2002⁷. Esses animais, endêmicos da Amazônia e conhecidos pelas comunidades tradicionais por nomes como Zog-Zog, ganharam nomes “científicos” de Roosmalen como, por exemplo, *Callicebus Bernardi*, em homenagem ao príncipe Bernardo, da Holanda (fundador e primeiro presidente da organização conservacionista WWF). Em entrevista, Vasco foi confrontado com estas acusações, mas não sentiu necessidade de distanciar-se da atitude transgressora e colonialista do seu pai⁸.

Segundo o Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra a Biopirataria, de 2006, a ACT possuiu ligações com empresas estadunidenses da indústria de farmacêuticos e cosméticos e teria acessado, de forma irregular, patrimônio genético nacional e conhecimento tradicional associado através da elaboração de um

“Mapa Cultural” dos povos indígenas do Tumucumaque e do Xingu. Após investigação, esta CPI concluiu: “Embora a ACT Brasil negue, ficou evidenciado que a elaboração do Mapa Cultural não foi uma demanda das comunidades indígenas do Xingu. Esta CPI não consegue conceber que elas possam ter solicitado um produto para o qual a grande maioria não entendia (e ainda não entende) a utilidade. No máximo, esse desejo pode ter sido manifestado por alguns chefes indígenas e a ACT, por conta própria, resolveu estender a idéia às demais comunidades do Xingu, praticamente impondo-lhes a execução do mapa. [...] No entendimento desta CPI, esse comportamento por parte da ACT Brasil constitui evidente aliciamento das comunidades indígenas”⁹.

Com este histórico, tanto em relação às conclusões da CPI como às polêmicas que envolvem a organização, é difícil imaginar a ACT conduzir suas “articulações interétnicas” com os Paiter-Suruí de modo imparcial. Apesar destes e de outros aspectos questionáveis, o projeto Carbono Suruí continua sendo apresentado como iniciativa pioneira e ganhando premiações. Em 2010, por exemplo, Vasco van Roosmalen e o presidente da organização Metareilá, Almir Suruí, receberam na Califórnia (Estados Unidos) o prêmio *Tech Awards*, por “aplicarem a tecnologia em benefício da humanidade”¹⁰.

“O povo Paiter-Suruí vivenciou um drástico processo de contato com a sociedade branca, em que foi quase dizimado. Atualmente, o seu modo tradicional de viver está ameaçado por projetos de economia verde, em que empresas poluidoras compensam suas emissões de carbono nas florestas preservadas por eles por séculos”

Modelo replicado

Através de uma estreita articulação com o Projeto Carbono Suruí, as políticas de Redd e serviços ambientais estão sendo introduzidas para os povos indígenas do Acre. Uma das frequentes reuniões que a ONG *Forest Trends* viabilizou de Almir Suruí com lideranças indígenas no Acre foi descrita por um jornalista do governo acreano do seguinte modo: “A palestra de Almir Narayamoga Suruí, chefe dos Paiter (RO), no último dia da Oficina de Informação sobre o Sistema de Incentivos a Serviços Ambientais (Sisa), acabou com as dúvidas das lideranças indígenas do Acre e encheu todos - índios e não-índios -, de esperança: a proteção da floresta e da biodiversidade tem valor, é em dólar e aos milhões”¹¹.

Outro comentário de um professor indígena, após ter participado deste mesmo evento, revela que – mesmo que a ideia de grandes quantidades de

dinheiro possa ter ficado clara – muitas dúvidas e incertezas sobre a natureza e finalidade desse tipo de negócio restam: “ainda não está claro o que vai ser vendido, como vai ser vendido, quem vai acompanhar, quem vai negociar e o que é mesmo essa venda”.

A criação da expectativa de ganhos financeiros, inevitavelmente, traduz-se numa pressão sobre as comunidades que, não tendo seus direitos constitucionais (saúde, educação, dentre outros) respeitados pelo Estado, sentem-se forçadas a aceitar esses projetos e políticas da economia verde.

Esta pressão é ainda mais reforçada pelo governo do Acre, que criou em 2012 um Grupo de Trabalho (GT) Indígena, com a função de ser a “voz indígena dentro do Sisa”¹². Composto por selecionadas lideranças indígenas, consultores governamentais e representantes das ONGs envolvidas, este grupo serve para legitimar a implementação de um “subprograma indígena do Sisa” e, conseqüentemente, de projetos do tipo Redd nas terras indígenas do Acre. Nas reuniões deste grupo, os indígenas estão claramente orientados no sentido de com quais outras entidades devem manter ou não relações. Na reunião para a “criação da identidade do GT”, em junho de 2012, por exemplo, foi elaborado um mapa de relações deste grupo. Neste mapa, duas organizações que defendem um posicionamento crítico em relação à política de economia verde no Acre – o Cimi e a Amazonlink - são consideradas como sendo de “relação conflituosa”. Esta rotulagem é acompanhada pelas recomendações “atenção especial” e “cuidado!”¹³. Através desta estigmatização das organizações críticas, os indígenas do Acre vêm sendo continuamente blindados contra possíveis questionamentos acerca dos impactos do Sisa.

Desse modo, pressionados e isolados de fontes de questionamentos e informações críticas, os indígenas tornam-se propensos a abrir mão de grande parte de suas práticas tradicionais, a desistir da luta pelos seus direitos constitucionais e pela implementação de políticas públicas fundamentais (como saúde e educação) e a aceitar sobreviver como reféns de uma economia, “verde”, através da venda de “direitos de poluir”.

¹² Resolução IMC Nº 001, de 20 de agosto de 2012, disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/41456780/doi-ac-caderno-unico-16-10-2012-pg-49>, acesso 15/11/2014, último acesso em 26 de novembro de 2014

¹³ Memória de Reunião, 26 de junho de 2012, disponível em: <http://www.imc.ac.gov.br/wps/portal/imc/imc/principal/!ut/p/c5/?1dmy&page=Principal&urle=wcm%3apath%3a/imc/portal+imc/principal/institucional/gt+indigena>, último acesso em 26 de novembro de 2014

⁷ Mais informações em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Callicebus_bernhardi, último acesso em 15 de novembro de 2014

⁸ TIME, *A Monkey Advocate Lands Behind Bars*. <http://content.time.com/time/health/article/0,8599,1643526,00.html>, último acesso em 15 de novembro de 2014

⁹ Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) contra Biopirataria, p.312-313, disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpiopi/relatoriofinal.pdf>, último acesso em 15 de novembro de 2014]

¹⁰ Site da ACT: www.equipe.org

¹¹ <http://museudoindio.gov.br/divulgacao/noticias/179-almir-suruí-mostra-as-liderancas-indigenas-do-acre-como-participar>, último acesso em outubro de 2014

Michael F. Schmidlehner é jornalista, professor de filosofia e fundador da organização não-governamental acreana Amazonlink.org. - michaelschmidlehner@gmail.com

A lógica perversa

*Tudo o que é financeiro, lamentavelmente, é econômico.
Mas nem tudo que é econômico é financeiro*

Amyra El Khalili

Para entender como e por que o capitalismo verde avança sobre os territórios indígenas e das populações tradicionais é necessário reconhecer os paradoxos da água. Ou seja, a água é vida e morte, liberdade e escravidão, esperança e opressão, guerra e paz. A água é um bem imensurável, insubstituível e indispensável à vida em nosso planeta, considerada pelo Artigo 225 da Constituição Federal, bem difuso, de uso comum do povo.

Nesse sentido, a recente descoberta do que pode ser o maior aquífero de água doce do mundo na região amazônica, o Alter do Chão, que se estende sob os estados do Amazonas, Amapá e Pará, exige atenção e cuidado por parte da sociedade brasileira¹.

O aquífero Alter do Chão, que chega a 86 mil quilômetros cúbicos, possui quase o dobro da capacidade hídrica do Aquífero Guarani, com 45 mil quilômetros cúbicos. Sendo assim, ele atrai, inevitavelmente, a cobiça dos países do hemisfério Norte, que já não têm mais água para o consumo, e pode tornar-se a causa de enfrentamentos geopolíticos. Processo similar acontece no Oriente Médio, com disputas sangrentas pelo petróleo e gás natural.

O controle sobre esta riqueza hídrica depende exclusivamente do controle territorial. As águas são transfronteiriças e avançam sobre os limites entre municípios, estados e países. O recorde histórico da cheia do Rio Madeira neste ano de 2014, que inundou cidades na Bolívia, além das trágicas inundações nos estados de Rondônia e no Acre, é um bom exemplo desta característica das águas.

De modo geral, a água está sendo contaminada com a mineração e com o despejo de efluentes, agrotóxicos e químicos, e poderá ser poluída também com a eminência da exploração de gás de xisto, onde a técnica usada para fraturar a rocha pode contaminar as águas subterrâneas.

Terra à venda

Segundo estimativas de um relatório do projeto *Land Matrix*, que reúne organizações internacionais focadas na questão agrária, mais de 83,2 milhões de hectares de terra em países em desenvolvimento foram vendidos em grandes transações internacionais desde 2000. Os países economicamente mais vulneráveis da África e da Ásia perderam extensas fatias de terras em transações internacionais nos últimos 10 anos, sendo que a África é o principal alvo das aquisições, seguida da Ásia e da América Latina. Estas compras são estimuladas pelo aumento nos preços das *commodities* agrícolas e pela escassez de água em alguns dos países compradores, que o fazem para a exploração da agricultura, mineração, madeira e do turismo².

Outros países são alvos desta ofensiva fundiária, como a Indonésia, Filipinas, Malásia, Congo, Etiópia, Sudão e o Brasil, que teve mais de 3,8 milhões de hectares vendidos para estrangeiros somente nos últimos 12 anos. É importante salientar que, até aqui, estamos falando de terras que podem ser adquiridas, em tese, através da compra. Porém, as terras indígenas e de populações tradicionais são terras da União e, não podem ser negociadas e nem alienadas, pois estão protegidas por leis nacionais e internacionais.

Acontece que são justamente estas as terras que estão preservadas e conservadas ambientalmente e são as mais ricas em biodiversidade, água, minério e energia (bens comuns). E, portanto, são nessas áreas que ocorre o avanço desenfreado do capitalismo verde que nada mais é que o velho e desgastado modelo colonialista, extrativista e expansionista neoliberal com uma roupagem atualizada, que visa a apropriação dos bens comuns. Esses bens são definidos como “recursos naturais”, assim como os trabalhadores são considerados pelo sistema como “recursos humanos”. Tudo neste modelo “verde” é usado ilimitadamente e no curto prazo.

Essa concepção utilitarista do “capitalismo verde” já é confrontada com outros modelos de vida, como o Bem Viver, dos povos das florestas, a economia socioambiental, a economia solidária e a agroecologia, dentre outras que estão florescendo.

Para a implementação deste modelo com purpurina verde, algumas leis estão sendo aprovadas com o claro propósito de beneficiar o mercado financeiro. Paralelamente, outras leis são desmanteladas para institucionalizar e legitimar a ocupação de estrangeiros, empresários e banqueiros em territórios latino-americanos e caribenhos, como é o caso dos direitos fundamentais dos povos indígenas, do Código Florestal e dos direitos trabalhistas.

Confundir para se apropriar

Desse modo, contratos unilaterais e perversos são assinados por atores com forças políticas totalmente desiguais, em que confunde-se, propositadamente,



te, “financiar” com “financeirizar”.

Aqui cabe uma elucidativa exemplificação: financiar é, por exemplo, permitir que uma costureira compre uma máquina de costura e consiga pagá-la com o fruto de seu trabalho, tornando-se independente de um empregador para que venha a ser empreendedora.

Já, financeirizar é fazer com que a costureira endivide-se para comprar uma máquina de costura e jamais consiga pagá-la, até que o credor possa tomar a máquina da costureira por inadimplência (não cumprimento do acordo mercantil)

A financeirização faz com que uma parte do acordo, a descapitalizada, fique endividada e tenha que entregar o que ainda possui, como as terras indígenas. E, assim, são desenhados perversos contratos financeiros e mercantis com a finalidade de vincular as terras ricas em bens comuns para que essas garantias fiquem alienadas e à disposição da parte mais forte: a capitalizada.

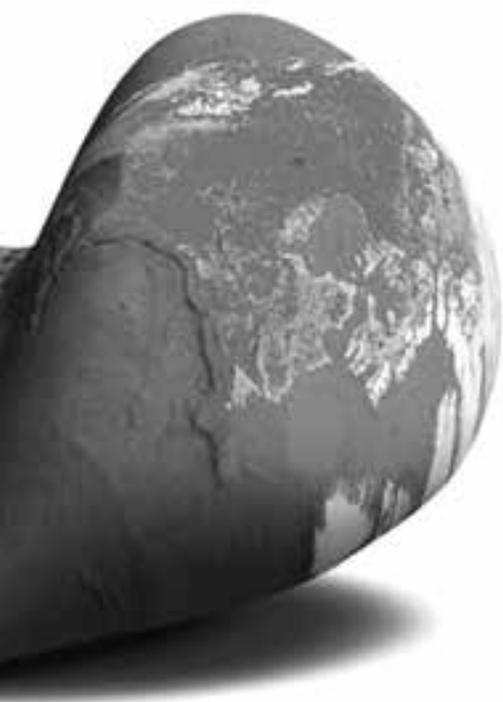
Nestes termos, as populações indígenas e os povos das florestas deixam de poder usar o que lhes mantém vivos e o que preservam há séculos para as presentes e futuras gerações, as florestas e as águas, para que terceiros possam utilizá-los, além de que estes passam também a controlar seus territórios.

¹ Aquífero na Amazônia pode ser o maior do mundo, dizem geólogos. 19 de abril de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/04/aquifero-na-amazonia-pode-ser-o-maior-do-mundo-dizem-geologos.html>

² Revista Exame. Plantando no vizinho. 10 países que estão comprando terras estrangeiras aos montes. 24 de maio de 2012. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/10-paises-que-estao-comprando-terras-estrangeiras-aos-montes>



Cedida pela Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais



O presente mercado futuro

As destruições de hoje são, na verdade, os investimentos do futuro para estes países e empresas. Deste modo, só será possível fazer o enfrentamento futuro se ele for feito agora, no presente

Lindomar Dias Padilha

É esta a lógica perversa do capitalismo verde, sustentado pelo argumento de que as florestas “em pé” somente serão viáveis se tiverem valor econômico. O que é uma falácia, pois valor econômico as florestas “em pé” e as águas sempre tiveram. O que não tinham, até então, era valor financeiro, já que não há preço que pague o valor econômico das florestas, dos bens comuns e dos “serviços” que a natureza nos proporciona gratuitamente.

O capitalismo somente avança nas fronteiras que consegue quantificar. Porém, jamais conseguirá se apropriar do que a sociedade puder qualificar.

O bem ambiental é definido pela Constituição como sendo “de uso comum do povo”, ou seja, não é bem de propriedade pública, mas sim de natureza difusa, razão pela qual ninguém pode adotar medidas que impliquem gozar, dispor, fruir do bem ambiental ou destruí-lo. Ao contrário, ao bem ambiental, é somente conferido o direito de usá-lo, garantindo o direito das presentes e futuras gerações.

Somente qualificando o bem comum, ao dar-lhe importância econômica pela garantia da qualidade de vida que nos proporcionam e nos recusando a colocar-lhes preço (financeirizando-o), é que poderemos impedir o avanço desenfreado do capitalismo verde sobre os territórios indígenas e das populações tradicionais.

Não podemos nos omitir nem deixar de nos posicionar em favor daqueles que são os guardiões das florestas e das águas. Se o povo, o proprietário hereditário dos bens comuns, decidir que o ouro, o petróleo e o gás de xisto, dentre outros minérios, devem ficar debaixo do solo para que possamos ter água com segurança hídrica e alimentar, que sua vontade soberana seja cumprida.

Quando falamos em mercado, seja ele de que base for, estamos falando de uma relação produção/consumo que considera os meios entre um e outro. Estes meios, quase sempre são entendidos como regularizadores. Entretanto, não nos propomos aqui a falar do mercado em si e de seus mecanismos. Pretendemos apenas, e introdutivamente, fazer uma leitura política dessa relação considerando os meios intermediários, de regularização, em relação aos bens comuns, também chamados de bens naturais, e ao futuro do planeta e, até mesmo, do próprio mercado.

No último século, com o crescimento populacional, dentre outros fatores (sendo o maior deles a própria sanha capitalista), criou-se a necessidade do aumento da produtividade da indústria mundial. Os donos das indústrias, movidos por essa sanha, tomaram a decisão de produzir e forçar o consumo atacando ferozmente o meio ambiente global. Como consequência, os índices de poluição em nosso planeta cresceram exponencialmente.

O aumento da poluição, portanto, acompanhou o crescimento da indústria mundial, tornando ainda mais agudo o ciclo vicioso entre a produtividade, para cumprir a expectativa gerada para o consumo, e a destruição dos mais variados ecossistemas de nosso planeta.

Ora, se é assim, então, podemos dizer que é o próprio mercado que se “auto regulamenta”? Portanto, é o

próprio mercado que decidirá sobre nosso futuro?

Preocupados com os rumos tomados e na tentativa de “regulamentar” os ataques aos bens comuns por parte das indústrias e do mercado capitalista como um todo, foram criados diversos mecanismos, principalmente, voltados para o controle da poluição e das emissões de gases que contribuem com o chamado “efeito estufa”. A esses mecanismos, quando aplicados, passou-se a chamar de “sustentabilidade”. Ou seja, adotando tais mecanismos, o mercado capitalista poderá seguir avançando sobre os bens comuns. Na perspectiva de futuro, portanto, falamos apenas no futuro do próprio mercado capitalista, ainda que isso implique no extermínio de povos e comunidades, tão pouco existe qualquer preocupação com os seus territórios tradicionais.

Um marco para a regulamentação e definição de futuro para o mercado, foi a convenção do Protocolo de Quioto, em 1997, no Japão. A importância desta convenção está no estabelecimento de um mecanismo que visa o incentivo à diminuição da emissão de poluentes por meio dos créditos de carbono. Ou seja, para diminuir a poluição que as próprias empresas geram, estas deveriam obter daí ainda mais lucros. Assim, a redução das emissões passa a ter valor econômico tanto para as empresas quanto para os países-sede destas empresas. Um mercado aparente de “ganha – ganha”.

A participação no mercado da diminuição de emissão de poluentes

é possível, segundo o Protocolo, de duas formas: ou pelos próprios países, comprometidos com a redução, ou ainda pelas empresas e particulares. A característica, no entanto, é a mesma: a geração de créditos para o mercado. Uma vez emitidos, esses créditos seguirão sendo comercializados. Isso quer dizer que um mesmo crédito poderá beneficiar várias empresas ou ainda a mesma empresa várias vezes.

E quem definirá quando e como estes créditos serão negociados? O próprio mercado. E não nos esqueçamos que o consumo é a base do mercado. Sendo assim, esses créditos passam a ser uma espécie de salvo-conduto, uma licença para continuar poluindo. Ainda pior, sendo o mercado o próprio controlador e sendo os créditos comercializáveis nas bolsas de valores e futuro, os bens naturais comuns são, em última análise, a garantia – ou a “sustentabilidade” deste mercado futuro.

Por fim, não podemos olhar para este mercado atual como se ele se bastasse e fechasse em si mesmo. Não. Ele já está se dando em relação ao futuro. As destruições de hoje são, na verdade, os investimentos do futuro para estes países e empresas. Deste modo, só será possível fazer o enfrentamento futuro se o fizermos agora, no presente. Nossa ação no presente enfrentará e fará o contraponto no mercado futuro e, queira Deus, garantirá o futuro nosso e de nosso planeta.

Lindomar Dias Padilha é coordenador da Regional Amazônia Ocidental do Cimi

Amyra El Khalili é economista, autora do e-book *Commodities Ambientais em Missão de Paz: Novo Modelo Econômico para a América Latina e o Caribe*. Acesse gratuitamente em www.amyra.lachatre.org.br

Assine o **PORANTIM**

SOLICITE SUA ASSINATURA PELA INTERNET:
adm.porantim@cimi.org.br

COM A ASSINATURA DE APOIO VOCÊ CONTRIBUI PARA O ENVIO DO JORNAL A DIVERSAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO PAÍS.

Uma tragédia que se revela nos territórios

Três situações, uma em cada continente, explicitam como o mecanismo de Redução de Emissões de Desmatamento e Degradação (Redd) acontece, na prática, em três comunidades indígenas

Winnie Overbeek

Ao apresentar essas experiências práticas - uma na Ásia, outra na África e a última na América Latina, a proposta é a de trazer elementos palpáveis e concretos para o debate sobre os mecanismos de economia verde que, muitas vezes, fica no plano da abs-

tração ou é inacessível devido à sua linguagem intrincada e aos fundamentos obscuros. E, principalmente, explicitar seus impactos e efeitos sobre os povos indígenas. Nesse sentido, questiona-se, por exemplo: Os créditos de carbono, que favorecem empresas poluidoras e agentes do capital financeiro, também são benéficos para as populações indígenas que vivem e dependem das

florestas? É justo chamar os projetos-piloto de Redd de projetos “modelo”? Até que ponto as vidas dos povos e comunidades envolvidos com esta política corresponde com a abundante propaganda que projeta a economia verde como a solução para as mudanças climáticas, a destruição ambiental e a pobreza?

Vejamos o que mostra a realidade.

INDONÉSIA Sem direito à terra, sem florestas

Na ilha e província de Kalimantan, localizada no sudeste asiático, entre 2009 e 2013, foram investidos mais de US\$ 30 milhões num projeto de Redd denominado *Kalimantan Forest Climate Partnership* (KFCP). Resultado de uma parceria entre os governos da Indonésia e da Austrália, o KFCP pretende compensar as altas emissões australianas de carbono, resultado de uma economia muito dependente da mineração e com alto consumo de carvão mineral, através da proteção de uma área de 120 mil hectares, que inclui o território de comunidades indígenas Dayak. Apoiado por ONGs internacionais, como WWF, *Wetlands e Care*, este projeto foi apresentado ao mundo como um “modelo”. No entanto, em 2013, após quatro anos de intensos protestos locais, nacionais e internacionais contrários ao projeto, ele foi suspenso.

Quais foram os motivos que levaram um projeto “modelo” a ser suspenso apenas quatro anos após o seu início?

Na região onde o KFCP foi implementado havia, de fato, um alto índice de desmatamento, causado pela expansão da monocultura em larga escala da palma africana (dendê), pela extração de



Para compensar as altas emissões australianas de gás carbônico, os indígenas Dayak têm o seu modo de vida secular alterado; por outro lado, não têm nenhuma garantia em relação à sua terra tradicional e o desmatamento avança

madeira e pela mineração. As comunidades indígenas que moram dentro da área do projeto Redd haviam solicitado, há bastante tempo, que as autoridades tomassem medidas para acabar com esse desmatamento, realizado por empresas com forte influência política. No entanto, além de não ter focado nas causas do desmatamento, o KFCP causou um profundo descontentamento entre os indígenas ao interferir nos seus modos de vida. Sete comunidades, totalizando 2.600 famílias, foram diretamente afetadas pelo KFCP.

Apesar da coordenação do projeto ter afirmado, reiteradamente, que teve o consentimento da comunidade para o projeto, a comunidade nega veementemente qualquer ato neste sentido. Ao contrário, ela queixa-se de que o KFCP foi implementado “de cima para baixo” e que a coordenação conseguiu apenas a

assinatura dos chefes que representam o governo da Indonésia em cada comunidade – posições que seriam similares às ocupadas, antigamente, pelos chefes da Fundação Nacional do Índio (Funai) nas aldeias no Brasil. Os indígenas contam que foram realizadas reuniões mas apenas para a “socialização em Redd”. No entanto, mesmo depois de várias reuniões, eles disseram que ainda não entendiam o que era Redd.

De qualquer modo, eles não se negaram a participar do projeto porque receberam promessas de emprego e dinheiro. O emprego, de fato, aconteceu, mas apenas de membros de algumas famílias. Empregados no reflorestamento, eles ganharam cerca de R\$ 200 para plantar 500 árvores (por família) - sendo que uma parcela era paga antes e a outra depois do plantio. No entanto, tiveram que,

com este pagamento, arcar ainda com os custos envolvidos na atividade, como o do viveiro e do transporte das mudas. Além disso, o projeto definiu os tipos de árvores que deveriam ser plantadas nas suas áreas tradicionais e as sugestões dos indígenas para plantarem árvores mais adaptadas às condições locais foram ignoradas.

Além da baixa remuneração, os indígenas tinham menos tempo para dedicarem-se às atividades tradicionais de subsistência, como a pesca, a agricultura e a coleta de borracha e de outros produtos da floresta. Para piorar a situação, menos da metade das árvores plantadas sobreviveram. Para os Dayak, essas árvores eram do projeto, não da comunidade.

Enquanto as árvores do reflorestamento morriam, o desmatamento em áreas próximas continuava, sem parar, destruindo a floresta. E os indígenas perguntaram: “por que em vez de plantar mudas que morriam, o projeto não focava em evitar o desmatamento?” e “este não é justamente o propósito do Redd?”.

Eles passaram, então, a entender que essa destruição é feita para atender planos empresariais, como a expansão do monocultivo de palma africana que, por ser uma atividade prioritária para o governo, não é coibida por este. A falta de transparência em relação à gestão financeira e a impossibilidade de participarem das decisões relativas ao projeto

QUÊNIA Incêndios expulsam o povo de sua terra ancestral

Com uma população de pouco mais de 30 mil pessoas, o povo indígena Sengwer vive desde tempos imemoriais nas montanhas de Cherangany, no Quênia, em uma das principais áreas de floresta e captação de água do país. Apesar da Constituição Queniana, de 2010, conceder-lhes direitos inalienáveis às suas terras ancestrais, o governo os considera

como “refugiados internos” e vem realizando um violento processo de expulsões massivas e deslocamentos forçados.

Nos últimos anos, organizações sociais quenianas e internacionais denunciavam que o Serviço Florestal do Quênia e uma unidade paramilitar da polícia vêm, sistematicamente, expulsando os Sengwer das suas casas, além de queimá-las e destruir seus pertences. As violações são tão graves a ponto dessas organizações afirmarem que trata-se de uma situação de genocídio desta minoria étnica de caçadores e coletores. Segundo afirmou uma liderança Sengwer: “o governo do Quênia está forçando-nos no caminho da extinção”.

Mas o que o Redd tem a ver com toda esta drástica realidade?

Em 2007 a região onde vivem os Sengwer foi incluída no Projeto de Manejo de Recursos Naturais (NRMP, sigla em inglês). Elaborado com o apoio financeiro do Banco Mundial, ele prevê a implementação do Redd no Quênia. Iniciaram-se, então, ações de pressão sobre os indígenas para que abandonem suas terras, e as tentativas têm ficado cada vez mais violentas.

Em uma atitude bastante cínica, o Banco Mundial ofereceu ajuda ao governo, colocando-se à disposição para compartilhar seus conhecimentos em relação às “melhores práticas” de assistência às pessoas afetadas para o que eles chamam

de “reassentamento involuntário”. É importante ressaltar que o Banco Mundial é um histórico financiador de políticas e práticas extremamente poluentes, como a extração de combustíveis fósseis, além de ser um dos maiores financiadores das políticas de crédito de carbono.

Em 2013, os Sengwer entraram na justiça e obtiveram uma liminar que assegura o fim das violentas remoções até que a questão dos direitos dos indígenas sobre suas terras seja resolvida. No entanto, o governo queniano ignora esta ordem judicial e continua destruindo as casas das famílias indígenas com o objetivo de expulsá-los de suas terras ancestrais para implementar o projeto de Redd.



A comunidade indígena Yurilamas sofre os impactos do Projeto "Puro" que, além de priorizar a produção de carbono em detrimento dos alimentos, ainda não contribui em nada com o processo de demarcação das terras tradicionais

- e, portanto, às suas próprias vidas - também foram denunciadas pelos Dayak.

Mas o que talvez seja ainda mais grave é que, com o projeto Redd, as reivindicações da comunidade perante as autoridades ficaram relegadas. A principal delas é o reconhecimento e a demarcação das suas terras tradicionalmente ocupadas. Por conta própria e contando com a ajuda de uma organização indigenista, várias comunidades já fizeram, a mão, mapas que identificam os limites do território das comunidades, evidenciando as áreas das aldeias, das florestas que utilizam, dos rios onde pescam e outras para o plantio.

Antes da implementação do KFCP, os Dayak estavam esperançosos no sentido de avançarem em sua luta pela terra, já que - em um país que não reconhece os direitos territoriais dos povos tradicionais - a província de Kalimantan tem um governador indígena que, inclusive, criou uma legislação reconhecendo estes direitos. No entanto, desde a implementação do projeto KFCP nada mais avançou em relação à demarcação da terra dos Dayak porque a coordenação do projeto considera que avançar com a questão dos direitos ao território era algo desnecessário.

Enquanto isso, dentro da terra tradicional indígena, o cultivo do dendê, a exploração da madeira e a mineração continuam expandindo e, obviamente, destruindo a floresta.

PERU Solidariedade às avessas: repressão e falta de alimento

Há décadas o desmatamento na Amazônia peruana é impulsionado por um extenso número de projetos de extração de petróleo e de minério. Supostamente para combater o desmatamento, atualmente há também dezenas de projetos de Redd. O *Project Pur* (cuja tradução é Projeto Puro), desenvolvido na região amazônica de San Martin desde 2010 pela organização francesa Alter Eco, é também considerado um "modelo". Ele foi implementado em uma região habitada por comunidades camponesas, em parte oriundas de outras regiões afetadas por grandes projetos petrolíferos e minerários, e também pelos indígenas Shambuyaco e Yurilamas.

Um estudo de caso da organização Amigos da Terra França (ATF) mostra que essas populações não foram bem informadas e nem consultadas sobre o projeto "Puro". Um morador afirma: "Eles nunca fizeram um encontro conosco. Às vezes, havia encontros, mas poucas pessoas sabiam. Está errado afirmar que todos nós concordamos com o projeto".

O projeto foi concebido pelo empresário francês Tristan Lecomte, que fez sucesso com o comércio "solidário", inclusive no Peru. Entidades locais que o empresário já conhecia desde a realização deste trabalho "solidário" foram usadas para montar uma organização chamada *Fundación Amazonia Viva*, com o objetivo de focar na conservação florestal e no reflorestamento. Através dos membros dessa fundação foram solicitadas as concessões para a conservação florestal de uma área total de 300 mil hectares, chamada de Biocorredor Martin Sagrado, onde está implementado o *Project Pur*. Nem mesmo essas organizações locais entendem o que é Redd. No entanto, seus representantes afirmam que queriam atender ao pedido do empresário.

Como o documento que descreve o Projeto Puro aponta as práticas agrícolas das comunidades como sendo 70% responsáveis pelo desmatamento na região, a restrição de uso da terra para as comunidades é um dos seus mais severos impactos. Ele também prevê, caso seja necessário, medidas repressivas: "O projeto propõe reforçar relações entre a equipe da Fundação Amazônia Viva, a polícia e os militares para criar um grupo capaz de prevenir mais ocupação da floresta, desmatamento ilegal, o uso do fogo para preparar a terra e a caça (...)".

Um dos benefícios apresentados é o reflorestamento, que o projeto afirma desenvolver com o povo Shambuyaco. Os indígenas ganham 1 sol peruano (0,27 euros) por árvore, mas há um desconto de 20% no pagamento para arcar com os custos administrativos e de transporte da cooperativa. Além disso, os direitos sobre o carbono são todos transferidos para o Projeto Puro.

Houve uma tentativa de implantação de um projeto de Redd também na comunidade Shambuyaco, mas uma liderança comentou que o período proposto, de 40 anos, era tempo demais, além do contrato ter sido escrito em língua estrangeira.

Soma-se a este contexto o fato de que o projeto não contribui em nada com a regularização do território das

comunidades indígenas. Uma representante de uma federação regional afirmou que: "Nós não temos uma documentação que nos dá direito sobre nossas terras, como povos indígenas. É injusto porque sempre cuidamos desta terra, que nos alimenta, que nos oferece caça e plantas medicinais, com as quais podemos nos curar. Não queremos esta área de conservação, queremos nosso direito sobre a terra garantido, primeiro".

Este e muitos outros projetos de Redd têm sido certificados com um selo de "qualidade". Neste caso, a certificação foi feita pelo *SCS Global Services*, que certificou o projeto conforme os Padrões de Clima, Comunidade e Biodiversidade (CCB). Ao serem questionados sobre os motivos de não visitarem as comunidades mais afetadas pelos projetos, cujo acesso é mais distante e difícil, os representantes dessa certificadora disseram que trabalham por amostra. Porém, curiosamente, a "amostra" selecionada incluiu exatamente as comunidades menos afetadas pelo projeto. Dos custos do Projeto Puro, 96% são gastos com administração e outras despesas de terceiros, como estes da certificação.

Resistência, para mudar a história

Em cada visita às comunidades afetadas por projetos Redd, a história se repete. Uma história de violações de múltiplos direitos. Primeiro, constata-se a falta de informações e entendimento sobre o projeto, sobre o Redd e suas implicações. Mesmo assim, carentes de políticas públicas e por não terem seus direitos respeitados, as comunidades acabam aceitando o projeto em função das promessas de melhoria de vida. Posteriormente, com o não cumprimento das promessas, a comunidade se frustra. O projeto proíbe as atividades tradicionais, principalmente as agrícolas. Não há avanços nas demandas mais importantes das comunidades, especialmente no reconhecimento dos direitos ao território. E, na maioria dos casos, o desmatamento não pára.

Felizmente, por outro lado, a revolta com a imposição de projetos de economia verde é crescente. Também aumentam as articulações para mudar essa realidade e fortalecer a resistência local, no sentido de priorizar as verdadeiras soluções para os problemas da humanidade. A criação da rede "Diga Não ao Redd na África" (NRAN) e de outras articulações na América Latina e na Ásia são alguns exemplos desse processo. Nosso desafio é fortalecer essa resistência ao avanço do capital sobre a natureza e contribuir para a recomposição da solidariedade entre as comunidades que o Redd e outros mecanismos esforçam-se para destruir.

Winnie Overbeek é coordenador internacional do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM, sigla em inglês)



Para implantar o Redd em uma relevante área de floresta e captação de água do Quênia, o governo incendeia as casas do povo Sengwer, de modo a expulsá-los de suas terras ancestrais

O governo justifica a expulsão dizendo que a única forma de conservar as florestas é expulsar todas as pessoas da área porque, garantem, elas são as

responsáveis pela destruição - o que é uma tremenda distorção da realidade. Devido à sua profunda integração com a natureza, os Sengwer sempre preservaram as florestas e todo o ecossistema das montanhas Cherengany. No entanto, agora estão sendo aniquilados em seus territórios imemorais sob o pretexto da "conservação" devido a um projeto de Redd. O chefe do departamento de conservação do Serviço Florestal do Quênia, Solomon Mibeï, admite: "O mecanismo Redd+ é uma opção futura". Ele também informou que já começaram a fazer oficinas com as comunidades do entorno da área sobre "finanças de carbono".



É preciso recuperar a memória da humanidade sobre nossos vínculos com a natureza, expresso no Sumak Kawsay (Bem Viver). O meio ambiente e as culturas que vivem em harmonia com ele devem ser as bases para o desenvolvimento humano e das sociedades; não um item da economia de mercado.

Na convivência com os povos indígenas, percebemos que são eles, com seus conhecimentos e sabedoria, as fontes inspiradoras para um outro tipo de modelo de sociedade onde o SER prevalece sobre o TER, respeitando e vivendo em harmonia com a natureza.

Conselho Indigenista
Missionário (Cimi)

SER ou TER?

APOIADORES

caritas



PORANTIM

Setembro-2014 16